

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO****1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **MATERIAIS DE CONSUMO para manutenção de diferentes áreas** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Serviços Públicos;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico – Decreto Federal n.º 10.024/2019 - Decreto Municipal 599/2020, combinado com a Lei Federal n.º 10.520/2022 - Lei 8.666/93;
1.4	Período:	Imediato;
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	Cloro granulado, com alta performance e ação comprovada contra os vírus presentes na água – balde 10 kg	Un.	05
02	Raticida sob a forma de grãos 100% amendoim, pronto para uso, acondicionado em embalagem individual de 1KG, com 50 sachês de 20 gramas. Princípio ativo: Brodifacoum 0,005% (p/p). Grupo Químico: Cumarínico. Para controle de ratazanas (<i>Rattus norvegicus</i>), ratos de telhado (<i>Rattus rattus</i>) e camundongos (<i>Mus musculus</i>)	Kg.	300
03	Raticida Isca em bloco extrusado, para pronto uso, - Embalagem de 1Kg (blocos extrusados de 20 g), Grupo Químico: Derivado da Cumarina. Princípio ativo: Brodifacoum 0,005%. Para controle das espécies de roedores urbanos, como, <i>Mus musculus</i> , <i>Rattus rattus</i> e <i>Rattus norvegicus</i>	Kg.	120
04	Raticida em PÓ, pronto para uso – Embalagem de 1Kg, individual. Princípio Ativo: CUMATETRALIL 0,75% p/p; solvente, diluente e excipiente 100% p/p Grupo químico: anticoagulante Para controle de ratazanas (<i>Rattus norvegicus</i>), ratos de telhado (<i>Rattus rattus</i>) e camundongos (<i>Mus musculus</i>).	Kg.	24
05	Inseticida concentrado emulsionável, pronto para uso, embalagem individual de 1 LITRO. Princípio Ativo: diclorvos	L.	48

78% (p/p); alfa – cipermetrina 5% (p/p) Formulação: solvente emulsificante e veículo.		
------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento dos materiais de consumo para realização das manutenções;

3.2 Quanto ao cloro a presente aquisição temo escopo de promover um ambiente mais organizado e aconchegante para atendimento da população, bem como considerando que é obrigação do Município a conservação dos patrimônios públicos, o presente administrativo visa aquisição de cloro para a manutenção preventiva e corretiva do chafariz da Praça Getúlio Vargas e Praça Demerval Barbosa Moreira;

3.3 A continuidade da manutenção e/ou conservação da estrutura pública traduz-se em melhor imagem da cidade, favorecendo o turismo, o comércio e o lazer, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico da população;

3.4 Sendo assim, a presente aquisição possui o fito de fornecer limpeza e qualidade da água dos chafarizes das praças centrais, visando a circulação e tratamento da água, trazendo assim embelezamento e harmonia as praças, bem como condições de uso;

3.5 O cloro previsto neste termo busca disponibilizar uma água pura e cristalina, prevenindo água verde, bem como evitando o desperdício de água.

3.6 Já no que se refere a aquisição de Raticidas e Inseticidas tem o objetivo de manter a regular manutenção de BUEIROS, VIAS PÚBLICAS, LOGRADOUROS PÚBLICOS e CEMITÉRIOS, sendo eles: Cemitério São João Batista, Trilha do Céu, Riograndina, São Pedro da Serra e Campo do Coelho;

3.7 A aquisição de Raticidas e Inseticidas é essencial para controle de roedores e ocorrências de pragas urbanas, visando atender a demanda do Departamento de Desratização e Dedetização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, bem como auxiliar nos demais procedimentos de dedetização urbano, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento dos Cemitérios atendidos por esta Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

3.8 Cada infestação de Pragas Urbanas e insetos tem suas particularidades, exigindo do profissional a individualização do problema para selecionar as medidas e produtos mais adequados, muitas vezes sendo necessário o emprego de mais de um tipo de formulação para resolver a questão. Por esse motivo este Termo de Referência contém diversas formulações diferentes, a fim de controlar e erradicar tal infestação de maneira eficiente e eficaz;

3.9 Esclareço que o produto em forma de grão é usado em ambientes com alta oferta de alimentos em áreas internas e, com auxílio de porta-isca ou quando o clima estiver seco



sem previsões de chuvas, em áreas externas, nas tocas e ninhos, e estruturas superiores de edificações;

3.10 Em forma de bloco é utilizado em locais onde o teor de umidade do ambiente seja alto, onde as iscas comuns seriam inutilizadas pela deterioração, não mais sendo aceitas pelos roedores infestantes. São muito úteis nas desratizações de redes de galerias subterrâneas de esgoto e de águas pluviais, nas canalizações fluviais, de fiações elétricas ou outras, nas áreas inundáveis, etc. Geralmente são dotados de orifício que permite sua amarração;

3.11 A formulação em pó é apropriado para ser usado em lugares secos, fechados nos locais de passagem, nas trilhas, buracos, tocas e esconderijos dos roedores, age por contato e ingestão.

3.12 Já o Inseticida possui a formulação líquida e é eficaz no controle de Moscas, mosquitos e Baratas. Com auxílio de um pulverizador (manual ou costal), é aplicado diretamente sobre as pragas e em locais onde elas vivem e sobrevoam, como frestas, rachaduras, fendas e outros locais que possam servir de abrigo às pragas;

3.13 Diante disso, a unidade de Desratização e Dedetização necessita dos materiais (inseticidas e raticidas), para sustentar o adequado funcionamento dos espaços, vias públicas e cemitérios atendidos pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, bem como evitar a proliferação de roedores e pragas na cidade de Nova Friburgo.

4. DO QUANTITATIVO

4.1 Os quantitativos aqui previstos são os mesmos adquiridos nos processos anteriores, tendo em vista que supriu de forma satisfatória a administração pelo período de 12 (doze) meses.

4.2 O cloro foi adquirido no processo administrativo n.º 16.919/2022 – pregão eletrônico n.º 148/2022 e os raticidas e inseticidas através do processo administrativo n.º 28.069/2021 – pregão eletrônico 028/2022.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).



5.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.46 e 33.90.30.49
5.1.2	Fonte de Recurso:	15010000000
5.1.2	Programa de Trabalho:	09001.0412200012.002

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1 Antes da adjudicação, o Setor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

7.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

7.3 O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

7.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

7.5 A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



- 8.1.1 Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- 8.1.2 Cópia do registro dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 8.1.3 Ficha com informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ;
- 8.1.4 Licença de comercialização e funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 8.1.5 Licença de funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal para distribuição de Saneantes Domissanitários;
- 8.1.6 Licença Ambiental emitida por Órgão Ambiental Estadual ou Municipal para comercialização dos produtos;
- 8.1.7 Apresentação de atestado (s), em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já forneceu ou está fornecendo, os produtos da natureza e vulto similares com o objeto, cumprindo todas as obrigações referentes.
- 8.1.8 Licença do IBAMA para comercialização de produtos potencialmente perigosos e poluidores.

9. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

9.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Secretaria requisitante:	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.

9.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

9.3 Todos os itens descritos, devem estar dentro das normas de regulamentação dos mesmos;

9.4 Não será aceito produto que esteja danificado, que apresente qualquer grau de impureza;

9.5 Não será aceito mercadoria que não esteja em conformidade com as normas técnicas que regulam o setor de produção e comercialização;

9.6 Os produtos deverão estar devidamente lacrados e em suas embalagens originais, em conformidade com a descrição do item no Termo de Referência.

9.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

9.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

9.10 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

9.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

12.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

12.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

12.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

12.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

12.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

13.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

13.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

13.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

13.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para representá-la na execução do Contrato;

13.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

13.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

13.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Serviços Públicos;

13.1.11 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

14. DA GARANTIA

14.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

17.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):



NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Mariana Martins dos Santos	062.732	Gestor titular
Luiza Pereira Silva	115.254	Gestor substituto
Jackson Braga da Silveira	062.887	Fiscal titular
Rafael Moreira Estebanez	115.219	Fiscal substituto

17.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

17.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

19.3.1. Advertência;

19.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

19.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

19.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

19.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

19.3.9. 9 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e advertência poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

19.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

21. DA RESCISÃO



21.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

21.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 25 de julho de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Mariana Martins dos Santos Matrícula: 062.732	<hr/> Luiza Pereira Silva Matrícula: 115.254

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matrícula: 100.530